

JUDÔ PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL

Darci Barnech CAMPANI

Professor do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Licenciado em Educação Física, Faixa Preta 4º Dan. Brasil

Vinícius Franke KRUMEL

Acadêmico de Educação Física, bolsista Prorext – UFRGS – Brasil.

Willy Adolf SCHNEIDER

Acadêmico de Educação Física, Faixa Preta 2º Dan, bolsista Prorext – UFRGS – Brasil.

RESUMO

A Escola de Educação Física da UFRGS possui uma área de atuação específica, chamada Educação Física Especial, com atividades de pesquisa e extensão, visando desenvolver a melhoria da qualidade de vida de pessoas portadoras de necessidades especiais e promover a inclusão social dessas pessoas. A proposta deste projeto encaixa-se nessa área na medida que busca, através do judô, atingir tais objetivos, tendo como pressuposto o desenvolvimento de uma metodologia apropriada que iniciar-se-á pela categoria de deficientes visuais, tendo em vista a existência de acúmulo nessa área. O Projeto já está em seu quarto ano de realização, já tendo frutos concretos como o segundo suplente para o Para-Pan-Americano do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Judô, Necessidades Especiais, Deficientes Visuais, Videntes.

DEFICIÊNCIA VISUAL E A ATIVIDADE FÍSICA

Conceitos

O termo deficiência visual refere-se a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. A diminuição da resposta visual pode ser leve, moderada, severa, profunda (que compõem o grupo de visão subnormal ou baixa visão) e ausência total da resposta visual (cegueira).

É considerado cego aquele que apresenta desde ausência total de visão até a perda da percepção luminosa. É considerado portador de baixa visão (visão subnormal) aquele que apresenta desde a capacidade de perceber luminosidade até o grau em que a deficiência visual interfira ou limite seu desempenho. Segundo a OMS, o indivíduo com baixa visão ou subnormal é aquele que apresenta diminuição das suas respostas visuais, mesmo após tratamento e/ou correção óptica convencional, e uma acuidade visual menor que 6/18 à percepção de luz, ou um campo visual menor que 10 graus do seu ponto de

fixação, mas que usa ou é potencialmente capaz de usá-la para o planejamento e/ou execução de uma tarefa.

Outro conceito que precisamos incorporar é o de vidente, pois para o nosso dia a dia significa aquele que vê para além do material, no linguajar dos cegos, vidente é apenas o que vê.

Também importante salientar como pressuposto deste trabalho a questão social, como nos coloca **Saeta**, que ao “entrarmos em contato com o diferente, desestabilizamo-nos, e a necessidade de estabelecermos o equilíbrio nos faz lidar com a pessoa deficiente de maneira a generalizar sua deficiência, ultrapassando os limites de sua incapacidade específica”. E que “esta gama de interrelações veladas propiciará o desenvolvimento, quase que inevitável, de um convívio social insatisfatório e desigual”. Levando o indivíduo portador de deficiência à construção de uma identidade tida como “especial”.

O Deficiente Visual e suas Principais Características.

FAY (1970) e **BARRAGRA** (1976), com base nas características mencionadas classificaram os deficientes visuais para fins educacionais, propondo os seguintes conceitos:

a. Portadores de cegueira - educandos que apresentam ausência total de visão residual, até a perda de projeção de luz, necessitando utilizar o Sistema Braille como principal veículo de comunicação do processo ensino-aprendizagem e não utilizam qualquer resíduo visual que possam ter para aquisição de conhecimentos, mesmo que a percepção da luz os auxilie na orientação e mobilidade.

b. Portadores de visão subnormal - educando que apresentam desde condições de indicar a projeção de luz, até o grau em que a redução de sua acuidade visual limite seu desempenho, distribuindo-se em dois grupos:

b1. Aqueles que podem ver objetos a poucos centímetros (dois a três) e utilizam a visão para muitas atividades escolares, alguns para ler e escrever com ou sem auxílios ópticos e outros, complementando essas atividades com o Sistema Braille;

b2. Aqueles que em algum grau estão limitados no uso de sua visão, mas utilizam-na, porém, no processo ensino-aprendizagem, quando poderão precisar de iluminação apropriada, auxílios ópticos e / ou texto com letras ampliadas.

Na educação dos deficientes visuais há dois fatores conectados com a deficiência que são de suma importância: o primeiro é a idade na qual ela ocorreu e o segundo é a maneira pela qual ocorreu.

A cegueira em si, não é uma enfermidade, mas a conseqüência de uma enfermidade, um acidente ou ambos. Daí, serem múltiplas e variadas as suas causas e diversificados os momentos de sua ocorrência. Podendo ocorrer antes

do nascimento, logo após o mesmo ou nos primeiros anos de vida; ao longo da vida e por meio de enfermidades ou acidentes.

No caso da cegueira ocorrer durante o período de gestação até os primeiros anos de vida (05 a 07 anos), os deficientes visuais não retêm imagens visuais úteis nem idéias de cores. São classificados como portadores de cegueira congênita ou precoce e confiam plenamente em seus conceitos e experiências não visuais, devendo ser educandos por métodos que se adaptam às suas necessidades.

No caso da cegueira ocorrer após os 07 anos de idade, os deficientes visuais retêm geralmente a maioria das imagens, formas e cores de suas experiências visuais, sendo classificados como portadores de cegueira adquirida; utilizam, na maioria das vezes os conceitos e as experiências adquiridas e vivenciadas no mundo visual, que devem ser aproveitadas como suporte durante o processo educacional.

LOWENFELD (1964) assinala também outras situações da cegueira a serem consideradas nos deficientes visuais: no caso da perda repentina da visão, verifica-se geralmente um choque, caracterizado por desajustes sensório-motores e instabilidade emocional, com grande repercussão psicológica, trazendo em consequência, modificações nítidas em seu comportamento.

No caso da perda gradual da visão, verifica-se uma perturbação no comportamento, caracterizada por um estado de medo e ansiedade em relação ao futuro, permitindo, no entanto, um processo de adaptação progressiva à vida de cego, conforme experiências de observações com educandos deficientes da visão.

O Deficiente Visual e os Comprometimentos Psicomotores

Deve-se observar que os problemas emocionais e físicos da criança cega são induzidos pela atitude dos videntes. **CUTSFORTH** (1969) discorre sobre a necessidade de não se buscar “compensações” substitutivas e sim, de se desenvolver as faculdades existentes de forma unitária.

"Enquanto a vida de uma criança de visão normal se desenvolve no sentido de incluir um campo de estimulação cada vez maior, a criança cega deve encontrar a própria estimulação dentro do âmbito corporal. Daí em diante ela constitui a maior parte do seu meio ambiente e encontra em si mesma o que a criança dotada visualmente encontra no meio ambiente: o estímulo e motivação para a ação." **CUTSFORTH** (1969).

KIRK (1972), em estudo realizado, ressalta que “o indivíduo dotado de visão subnormal apresenta, geralmente, um desenvolvimento motor superior ao do indivíduo cego e inferior ao indivíduo de visão normal”.

LOWENFELD (1964) comenta que: “Freqüentemente, no indivíduo deficiente visual, verifica-se medo de situações não conhecidas, insegurança

em relação as suas possibilidades, dependência, isolamento social, apatia, desinteresse pela ação motora e dificuldade no estabelecimento de relações básicas do seu “Eu” com os que o cercam e com o ambiente em que vive”.

As deficiências na lateralidade, a ausência de liberdade corporal, equilíbrio falho, mobilidade bastante prejudicada, esquema corporal e cinestésico não internalizados, locomoção dependente, postura defeituosa, expressão corporal muito rara, coordenação motora bastante defasada, inibição voluntária não controlada, falta de resistência física e de iniciativa para ação motora, constituem um quadro geral dessa parcela da população.

Assim, verifica-se que a caracterização geral do indivíduo deficiente visual, pela própria problemática apresentada, o coloca mais exposto a situações geradoras do comprometimento psicomotor. Quando isto acontece, surge uma modificação no rendimento geral, levando o indivíduo a um descontrole de todo o sistema psíquico. Com medo de situações não conhecidas, insegurança em relação as suas possibilidades, dependência, isolamento social, apatia e desinteresse pela ação motora, o deficiente visual altera seu comportamento, o que certamente o torna diferente do seu grupo.

Mais do que um simples atendimento que o reabilite a superar essas dificuldades, o deficiente visual necessita de um conjunto de ações ou métodos que permita construir um novo posicionamento em relação a sua realidade, não sendo mais abordados como objetos defeituosos, mas a partir de um princípio epistemológico, como sujeitos cognoscivos, superando os comprometimentos físicos, e estabelecendo um comportamento de interação e integração com a sociedade.

O JUDÔ COMO ATIVIDADE PEDAGÓGICO-DESPORTIVA

KANO em sua palestra na University of Southern Califórnia, em agosto de 1932, abordava o tema da contribuição do Judô para a educação, explanando que desenvolveu um método de educação física baseado num estudo sobre o Mínimo Esforço, encontrando quatro itens, que considerou necessários para o sucesso do mesmo, sendo em ordem: que trabalhasse o desenvolvimento do corpo como um todo; os movimentos deveriam de ter algum significado, que levasse as pessoas a se interessarem pela prática da atividade; não deveriam exigir lugares amplos demais, roupas ou instrumentos especiais; e que pudessem realizara a atividade individualmente ou em grupos. Procurando com isto um sistema de educação física para toda uma Nação.

KANO ainda analisa em sua palestra, como necessário para cumprir os propósitos anteriores, que teve que trabalhar sob a avaliação de duas formas os movimentos propostos: uma chamada de “forma representativa”, onde estes representam idéias, emoções e diferentes movimentos naturais dos membros, corpo e pescoço, sob este ponto de vista analisa a dança como uma das formas passíveis de levar as pessoas das mais diferentes condições mentais e físicas a

expressarem emoções e idéias, conjuntamente cultivando o espírito de uma Nação, podendo ao mesmo tempo desenvolver o corpo num caminho condizente para todos.

A outra forma ele nomeou de “formas de ataque e defesa”, onde combinou diferentes métodos de ataque e defesa, que conduzisse o corpo a um desenvolvimento harmonioso, daí a diferença entre o Judô e o Jiu-Jitsu, pois para **KANO** não poderia ser dito que o jiu-jitsu conduzisse a um desenvolvimento realmente harmonioso. Neste momento vivia o Japão um senso de que não necessitava o desenvolvimento de formas de agressão, mas sim de forma que garantissem a defesa da justiça e da humanidade, sejam elas de agressões da Nação ou de indivíduos. O desenvolvimento destas formas foi realizado sob o método de Randoris, exercícios livres, ou Katas, literalmente traduzido como Formas.

Na prática do Randori, com cada movimento levando a um novo movimento e nenhum tendo a possibilidade de repetir exatamente o anterior, leva os praticantes a desenvolverem uma concentração e uma habilidade muito grande para em condições de luta, poder reagir a diferentes formas de ataque, mas mais, também para situações de não violência, mas que são características do dia a dia, como o se desequilibrar ao subir num ônibus, como tombar ao pisar num buraco no solo, a ter uma capacidade de reação muito mais rápida do que as pessoas não treinadas.

Este último comentário de **KANO** nos levou a crer que realmente a prática do Judô é uma forma que poderá levar os deficientes visuais a um desenvolvimento mais autônomo, pela melhora na sua capacidade de percepção quanto ao seu entorno, bem como quanto a sua segurança perante os desafios naturais de terem que circular num ambiente que é pensado para pessoas videntes.

E exatamente o ensino do Judô para portadores de deficiência visual vem procurando atingir além dos objetivos comuns preconizados pela Educação Física, também objetiva a obter atitudes que tragam maior independência de locomoção, melhor postura corporal, iniciativa para ações, além de relaxamento muscular que as atividades físicas proporcionam e que os cegos tanto necessitam.

O Judô não é somente uma técnica física para o corpo, mas também um princípio filosófico para o fortalecimento do espírito. Princípio esse que se aplicará em todas as fases da vida humana, em todos os desafios, combates e contratempos, com que porventura se defrontará o portador de deficiência visual nas suas atividades, quer sejam esportivas, sociais ou profissionais.

Ainda dentro desses aspectos, **BROUSSE, M. & MATSUMOTO** (1999), destacam algumas das características desenvolvidas com o Judô, como:

- Consciência do próprio corpo; Organização do esquema corporal; Domínio do equilíbrio; Orientação de tempo e espaço; Mobilidade segura;

Exploração das possibilidades corporais; Eficiência nas coordenações globais e segmentadas.

O desporto Judô então, assume a condição utilitária complementar, servindo como recurso auxiliador para Atividades da Vida Diária (AVD), perdendo o caráter esportivo.

HOLANDA (1985) registra que “Método é o caminho pelo qual se chega a um determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo deliberado e refletido”.

No entanto, a que melhor se adapta ao propósito é o de Galliano (1990), afirmando que “Método é um conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim”.

Por analogia, pode-se afirmar que o método é a estratégia da ação, indicando e orientando o que fazer. E as técnicas utilizadas no Judô são a tática da ação, sendo, portanto uma instrumentação específica da ação em cada etapa do método.

Não se deve, portanto, confundir Método Desportivo com Técnica Desportiva. Enquanto a Técnica é o modo de fazer, mais hábil e seguro, o Método indica o que fazer. Este último é a estratégia que permite a utilização de técnicas distintas e mais adequadas.

A partir das especificidades técnicas desenvolvidas, os deficientes visuais conseguem obter uma melhoria metódica e coordenada das suas capacidades.

Contudo, de acordo com **WEINECK** (1986),

“Embora haja melhora da capacidade de performance esportiva, o treinamento no esporte escolar e higiênico não tem como objetivo, tal como o esporte recordista, a obtenção da performance individual máxima num processo de treinamento a longo prazo e regulamentado”.

Desta forma, mesmo não constituindo o objetivo de alcançar o resultado individual máximo, os aspectos determinantes da performance esportiva, como a resistência, a força, a velocidade, a mobilidade e a destreza, bem como, as qualidades pessoais de habilidade técnico-tática, as capacidades intelectuais e as qualidades morais e físicas, são abordadas e desenvolvidas.

Deve-se entender que ao final de um período, os praticantes do desporto poderão estar aptos a ingressar em um processo de treinamento desportivo que vise à performance de alto rendimento, pois superada ou diminuída as defasagens psicomotoras, aliadas a um novo repertório motor que auxilie a sua orientação e mobilidade, o portador de deficiência visual terá vivenciado todas as possibilidades proporcionadas pela luta. Sem, contudo, tornar-se necessariamente um desportista de Judô, pois desde que, o objetivo de potencializar ou superar suas defasagens tenha sido alcançado, ele estará apto à performance esportiva propriamente dita em outras modalidades esportivas. Cabe neste caso o profissional que conduz a atividade, analisar se existe

possibilidade, capacidade e vontade da parte do aluno em seguir uma linha de treinamento para o alto rendimento, o qual possui seus objetivos diferenciados do trabalho pedagógico, (**CARMELINO; MATARUNA DOS SANTOS e RUSSO JÚNIOR**, 2000).

Ainda os mesmos autores concluem que a atuação do Judô como uma atividade pedagógica esportiva irá complementar um processo de orientação e mobilidade, se consolida a partir do sucesso na diminuição das defasagens psicomotoras.

Salientam também que todos os que interagem com o deficiente visual deve assumir o papel de facilitador de seu desenvolvimento, aproveitando todas as situações para possibilitar sua autonomia.

Destacando finalmente as ricas potencialidades que o judô oferece, sendo este um privilégio para a docência especial.

Ainda **KANO**, em sua palestra, concluindo afirma que o objetivo final do judô é inculcar na cabeça das pessoas um espírito de respeito pelo princípio do máximo de eficiência e o desenvolvimento e benefícios mútuos, direcionando-os a praticarem, tanto individual como coletivamente, buscando chegar a estados mais elevados de consciência e, ao mesmo tempo, desenvolvendo o corpo e aprendendo a arte de ataque e defesa.

Interessante combinação pode ser feita entre a palestra de **KANO**, em 1932, e o trabalho de **KASTRUP**, publicado em 2005, onde analisa a questão do processo de atenção/desatenção e o aprendizado, como um problema que tem tido destaque na atualidade, tendo em vista principalmente o ritmo de vida que nossa sociedade tem optado em ter e as conseqüências sobre nossos filhos, sendo “cada vez mais freqüente o diagnóstico de TDA – Transtorno de Déficit de Atenção, que tem como sintomas baixo rendimento na realização de tarefas, dificuldade de seguir regras e desenvolver projetos de longo prazo, e a cujo quando está associado à hiperatividade e à impulsividade”.

Em sua revisão bibliográfica, **KASTRUP**, analisa uma longa lista de pesquisadores desta área e conclui que “o estudo da atenção revela, não o aspecto da intencionalidade da consciência, mas sua dimensão de variação e modulação”.

Analisando o processo, ainda, o concebe como um ciclo desdobrado em 3 gestos ou atos: a suspensão, a redireção e o deixar vir. Num primeiro momento ocorre a suspensão da atitude cognitiva de juízo, que pode ser desencadeado por um acontecimento especial, como algo mais interessante que se apresente ao indivíduo, não fazendo parte do processo de aprendizagem, como um avião que passa em meio a uma aula. Os dois outros atos buscam solucionar a situação criada, sendo o primeiro, o redirecionamento, normalmente para o interior, ou seja, a suspensão causada pela passagem do avião, logo gera o redirecionamento para dentro do indivíduo, que procura se reencontrar e o último ato é o deixar vir, onde temos “uma concentração aberta, destituída de

intencionalidade e de foco”. Muito interessante que quando vai exemplificar esta, se expressa através da frase “Para que a emergência da figura ocorra é preciso olhar se ver”.

E daí podemos ter exatamente a base teórica para o ensino para deficientes visuais, pois que num processo de atenção, bastante diferenciado do nosso, pois eles sempre emergem olhando sem ver.

Mas, ainda em **KASTRUP**, encontramos o conceito de cognição inventiva, aonde “a invenção não vai por si. Envolve treino aplicado e uma dose de disciplina” implica no aprendizado dos dois gestos citados anteriormente, o redirecionamento e o deixar vir. Afirmando que “o aprendizado, assume a forma de um círculo”. Os três gestos constituem um ciclo aonde não necessariamente um vem depois do outro, e na mesma seqüência, mas um pode sobrepor o outro num constante processo de atenção/desatenção. Importante destacar ainda que este processo é um processo cultural e não apenas um processo individual.

Como exemplo de processos inventivos cita a música, a literatura e sua importância no processo cognitivo pela sua dimensão de força afetiva, segundo o conceito desenvolvido por Espinoza e trabalhado por **KASTRUP**.

Mas cita também a prática da meditação budista como uma prática “corporificada socialmente. Isto significa que, ainda que tendo lugar num indivíduo, a aprendizagem não pode ser dissociada de um contexto social específico, de instituições e dispositivos para a sua efetivação”.

Encontramos neste estudo concretizado em 2005 a mesma idéia, apenas em palavras diferentes, das que **KANO** utilizou em sua palestra em 1932, para apresentar os princípios do sistema que pensou ao propor o judô como um método para o desenvolvimento do indivíduo de forma integral. Vejamos então os elementos de identidade entre os trabalhos expostos:

KASTRUP trabalha a necessidade da emoção, do trabalho concreto para o processo de aprendizado. Kano nos apresenta entre os quatro elementos de seu sistema, que os movimentos devem representar emoções que realmente possam envolver os praticantes e através deste envolvimento, possa ter força afetiva e em o tendo, possa realmente mobilizar o indivíduo num processo inventivo, atingindo a cognição inventiva, com isso vindo a ser um processo onde podemos emergir olhando sem ver, como nos coloca **KASTRUP**. Se pudermos emergir sem ver, se podemos acessar a uma cognição inventiva, podemos ter uma assertiva de que o método proposto, o judô, se enquadra no que de mais moderno a filosofia e a pedagogia trabalha hoje, podendo ser perfeitamente ser adaptado para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Mais ainda, quando **KANO** nos propõem o ensino através do Randori, o exercício livre, cria uma prática onde a concentração é exercida constantemente e assim como a meditação budista, citada no estudo de **KASTRUP**, induz o indivíduo a praticá-la na sua vida cotidiana, pois passa a ser incorporada, não

só individualmente, mas coletivamente, o que não podemos negar, pois o judô surgiu no Japão, não por um acaso, mas por que as bases sociais e filosóficas coletivas existiam naquela região, o budismo, na sua concepção xintoísta, é a base filosófica naquele país.

Podemos ainda analisar os princípios do judô e o que podem contribuir ou demonstrar sintonia com o estudo de **KASTRUP**, o processo de atenção e aprendizado, tem que ser um processo natural, portanto um processo onde o princípio da Máxima Eficiência e do Mínimo Esforço esteja presente, onde podemos concluir que a questão da caracterização de TDA, tão presente em nossos estudantes, talvez não deva ter como centro o estudante em si, mas sim p sistema de ensino, que está muito longe do Mínimo de Esforço e Máximo de Eficiência. Também o Crescimento e Ajuda Mútua, como outro princípio do judô, é destacado nas conclusões de **KASTRUP**, que analisa que a aprendizagem é um processo social para a sua efetivação, ou só no coletivo e com ajuda mútua se tem o desenvolvimento de um verdadeiro processo cognitivo, capaz de mobilizar uma Nação, como propunha **KANO**.

O JUDÔ PARA-OLÍMPICO NO BRASIL

A única categoria de Judô organizada no Brasil, dentro dos Jogos Para-Olímpicos, é o para Deficientes Visuais, organizado pela Confederação Brasileira de Desportos para Cegos (CBDC), filiada a Associação Internacional de Desportos para Cegos (IBSA).

Ao contrário das categorias Olímpicas, em que a organização da Confederação é pela modalidade esportiva, nas Para-Olímpicas a mesma se dá pelo tipo de deficiência dos atletas, pelo motivo lógico de que as competições são realizadas entre portadores de deficiências semelhantes e o número de atletas não justificaria a concretização de Confederação específica por modalidade de esporte.

O Sistema Esportivo, organizado em Confederações Nacionais, implica na organização de Federações Estaduais, que no caso da CBDC não possui Federações organizadas em todos os estados, no Rio Grande do Sul a filiação à CBDC pode ser realizada através de Entidades Filiadas à Confederação, como a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS), entre outras, pois a Federação ainda está por se organizar, dando-se deste modo o vínculo direto entre a Associação e a Confederação.

O nível de desenvolvimento do judô Para-Olímpico para cegos no Brasil é internacional, com alguns nomes que se destacam em competições internacionais, sendo o que mais conquistou medalhas o de Antônio Tenório, até 100kg, do Centro Social e Desportivo de Deficientes Visuais (CSDDV), de São Paulo, com 3 medalhas de ouro Para-Olímpicas. Também como atletas como Helder Araújo, até 60 kg, do Centro de Emancipação Social e Esportiva de Cegos (CESEC), de Minas Gerais é, que junto com Tenório ganharam, em

2004, ganharam medalha de ouro no Campeonato Internacional Alemão de Judô para Cegos e Deficientes Visuais, no mês de maio, em Halle.

Na Comissão Técnica da CBDC destacam-se professores de educação física, como o Prof. David Farias, Presidente da CBDC, Prof. Carmelino Souza Vieira, chefe de delegação, Prof. Walter Russo de Souza Júnior, coordenador técnico, Prof. Jucinei da Costa, técnico da Seleção e o Prof. Leonardo Maturana dos Santos, auxiliar técnico.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com um grupo mínimo mobilizado foram iniciadas as aulas, nos sábados pela manhã, num período de 2 horas de aula, no Dojô do Ginásio 2 da ESEF, tendo como apoio um bolsista de extensão do Projeto Bugre Lucena, o acadêmico Vicente Ferraro, ainda contava com o apoio eventual da acadêmica Ana Paula, que também atuava no Projeto Bugre Lucena.

Ensino do Judô para os alunos

Após este período de divulgação iniciamos as aulas propriamente ditas, que começou com uma turma de 4 alunos, sendo 3 sem nenhuma visão (2 resultantes de acidentes e 1 de doença) e um com visão parcial, mas que permitia identificar todos os espaços do tatame, bem como realizar exercícios como corrida sem o auxílio de um guia.

De todos os alunos, um optou por aprofundar os treinamentos, vindo a frequentar treinos em turmas regulares de judô, inclusive participando de competições com videntes.

A proposta de trabalho seguiu a orientação propugnada por **LUZ**, in Fraga & Wachs, de uma “consciência sanitária”, pois tratávamos de um projeto de saúde pública, não se tratando de “treinar”, mas de colocar pessoas em contato com o seu próprio corpo, de senti-lo, de ouvi-lo, de descobrir seus limites e possibilidades, procurando ampliar habilidades até então pouco desenvolvidas.

No ensino do judô se utiliza preferencialmente dois atletas, sendo um que executará a técnica, o Tori, e o outro que a receberá, o Uke. Tal disposição pressupõe que o aluno tenha que possuir um colega a sua disposição para treinar e dependerá do apoio deste para o seu crescimento em termos de aprendizado das técnicas do judô, isto quando estiver como Tori, pois logo estará como Uke e então servirá de apoio para o desenvolvimento do outro, daí o segundo princípio do judô: “Prosperidade e Benefícios Mútuos”, segundo **NAPPI**, a perfeição individual e a contribuição à prosperidade e a felicidade humana, representa um dos pontos estruturais da filosofia do Mestre Jigoro Kano, fundador do Judô.

A metodologia foi estruturada em dois sentidos, primeiramente quanto ao ensino do Judô em si, pois que este já possui uma organização onde as técnicas de quedas (ukemis) são sempre as primeiras a serem desenvolvidas, pois que

para iniciarem a prática de projeções, necessitam antes aprenderem o como cair.

O ensino das projeções (nage-waza), também possui uma organização, pois estão divididas dentro do chamado GOKYO, conforme nos afirma **ROBERT**, um grupo de cinco princípios de ensinamento, cinco grupos de oito projeções, classificadas segundo os critérios pedagógicos, ou seja, que estão sequenciadas conforme o grau de dificuldade de execução da mesma. Também as praticadas no solo possuem uma ordenação neste sentido, iniciando-se com algumas técnicas de imobilização (osae-komi-waza), para depois entrar-se no ensino de estrangulamentos (shime-waza) e chaves de braço (kansetsu-waza).

Apesar de que a seqüência, para o ensino aqui em nosso estado, sofreu uma adequação iniciando-se normalmente pela técnica de pernas (ashi-waza) cujo nome é O-Soto-Gari, seguida de técnicas de quadris como Koshi-Guruma ou O-Goshi, logo após a técnica de membros superiores (te-waza) mais empregada que é o Ippon-Seoi-Nage, pois são técnicas que apresentam uma maior facilidade quanto aos movimentos realizados. Neste sentido técnicas chamadas de sacrifício (sutemi-waza) ficam para os já devidamente iniciados, não que sejam de difícil aplicação, como o Tomoe-Nage, mas que representam projeções onde o Uke tem um deslocamento mais acentuado e que para iniciantes pode significar uma maior exposição a movimentos complexos e de difícil assimilação. Apesar desta modificação inicial, logo foi retornado ao desenvolvimento do Gokyo, pois que para os exames para progressão de faixa, principalmente a partir da faixa azul, a sistemática de avaliação passa a ser dentro das técnicas conforme o ordenamento do Gokyo.

No intuito de tornar o processo de aprendizagem menos monótono, pois deveria ser iniciado basicamente através do exercício dos ukemis, nas primeiras aulas podem ser trabalhadas as primeiras noções sobre imobilizações, pois que não implicam em queda, evitando-se acidentes, mas já permitindo a prática de algo que motiva os alunos, que é o desenvolver alguma forma de competição.

Outro aspecto sobre o qual se diferenciou o ensino foi sobre o como se daria a transmissão do conhecimento em si, pois que a transmissão normalmente é realizada pela demonstração da técnica, e os atletas passam a repetir, pois podem visualizar a técnica desenvolvida.

Tratou-se de desenvolver uma metodologia completamente diferente, pois que a técnica tinha que ser relatada movimento a movimento, para o qual sempre me utilizava do artifício de fechar os olhos, para igualar as condições com os alunos e tentar imaginar cada detalhe que fosse importante ser transmitido ao atleta, para que ele conseguisse conceber o movimento como um todo com suas particularidades.

Após a descrição dos movimentos, tinha que ser passado de aluno em aluno para que eles fossem orientados individualmente quanto aos detalhes dos

mesmos. A existência de um monitor, Uke, já graduado, foi muito importante, pois a base da aplicação das técnicas, inicia-se pelo desequilíbrio (kuzushi), que para cada técnica é diferente, o que torna para a demonstração ser necessário que o Uke conheça o desequilíbrio da técnica ensinada, e ao transmitir ao Tori, que não pode ver, portanto tem que sentir, o para onde e como deve ser feito o desequilíbrio. A partir desta sensação pode ocorrer a memorização do movimento, mas se o Uke não conhece a técnica e o seu desequilíbrio, a memorização não poderá ocorrer ou ocorrerá errada. Aliás, esta observação serve também para as demais etapas da aplicação de uma técnica, a sua aplicação em si (tsukuri) implica no posicionamento do corpo, também de forma diferenciada para cada uma das técnicas desenvolvidas no judô. A própria conclusão, a projeção em si (kake), também possui um posicionamento correto, o que determina se o movimento foi cinesiologicamente bem realizado, o que para tal também necessita tal conhecimento por parte do Uke, que pode mesmo durante a projeção induzir o Tori ao movimento correto pelo seu posicionamento.

RESULTADOS

Acompanhamento dos Alunos

Durante o período foram realizadas duas entrevistas gravadas e transcritas com os alunos, no intuito de acompanhar o envolvimento e outras questões motivacionais quanto às aulas e ao treino.

Da análise das entrevistas notamos que todos os alunos entrevistados relataram modificações comportamentais, que influenciaram na sua socialização, tanto no grupo de aula de judô, como em casa ou na rua, sendo que a prática desportiva representou a realização de um desafio, que tem por detrás a reinvenção de suas vidas.

A atividade permitiu o desenvolvimento do “eu posso”, mesmo que sofrendo barreiras familiares, pois a possibilidade de aprender algo novo, com sua deficiência incorporada ao método de aprendizagem, permite extrapolar para a vida, confiando assim na sua capacidade de aprender tudo o que for de necessário, para sua nova vida;

A religião também foi citada como fator de socialização.

Apesar de não ter sido realizada uma entrevista com os familiares, para comprovação das entrevistas, a influência no processo de maior respeito no interior da família, por uma maior autoconfiança e um sentimento de ser valorizado no meio familiar, base do processo de socialização na nossa sociedade;

O deficiente visual tem no contato corporal a possibilidade de conhecer melhor o mundo, a prática de um esporte em que o contato é uma necessidade, ajuda na quebra de preconceitos, abrindo mais este campo para o desenvolvimento do processo de socialização. O ter que agir, na prática, em

um meio onde se trabalha a agressividade constantemente, mas respeitando ao adversário e as regras, levou a rever a questão da agressividade nas suas vidas, facilitando o processo de socialização.

A perda de um determinado sentido físico pode ser compensada ou revivenciada por outros meios que não o original, é possível pela transferência para outros meios sensíveis e através do desenvolvimento de novas habilidades, criando expressões como “olhar pela ponta da bengala”, sendo que o esporte aumenta esta sensibilidade corporal e especificamente para o deficiente visual a percepção espacial.

O Processo de Ensino

Quanto ao ensino do judô em si, a primeira barreira a ser vencida foi na execução dos Ukemis, na sua etapa final, ou seja, com os movimentos completos, pois já se aproxima de uma queda real, principalmente o rolamento (zempo-kaiten-ukemi), pois que além da complexidade do movimento, implica para sua execução, na vontade de se projetar para frente, o que mesmo em videntes é bastante difícil nas primeiras vezes, para o cego é uma constante, pois que para poder caminhar e ter autonomia, sempre teve que lutar para evitar a queda para frente e neste exercício, lhe é solicitado que exatamente faça aquilo que ele sempre aprendeu a evitar.

Cabe salientar neste ponto do trabalho, que todos os atletas que trabalhamos por um tempo maior, em algum momento de suas vidas tiveram visão e apenas alguns dos que participaram de aulas ocasionais, eram cegos desde o nascimento. Mas esta pouca experiência, nos levou a crer que a concepção e percepção do corpo e do espaço no entorno são bastante distintas, como por exemplo, ao solicitar que a palma da mão fosse voltada para o solo, entre os ex-videntes o movimento é espontâneo, já para os cegos de nascimento tal percepção é mais difícil. Para este comentário em específico, estamos podendo melhorar nossa capacidade de conhecimento, neste ano de 2008, pois que um aluno, que sempre foi cego, está já na sua quarta aula, sendo que estamos podendo confirmar tal percepção, quanto a diferenças para os indivíduos quanto a sua percepção e os diferentes momentos quanto ao início da cegueira.

Os demais atletas tiveram o seu processo de evolução perfeitamente realizado, sempre com pequenas dificuldades, mas para quem já desenvolveu o ensino de judô em turmas de videntes, pode categorizar como sendo muito semelhantes. Salientando, novamente, que os atletas progrediram até a faixa amarela, tendo para tal que demonstrar conhecimento de todo a primeira seqüência do Gokyo, no caso específico do atleta Hélio, como chegou à faixa laranja, teve que demonstrar as técnicas da segunda seqüência, bem como a combinação de técnicas e também técnicas de contra-ataque, como é exigido para qualquer atleta vidente.

A opção por trabalhar com adultos, logicamente trouxe outros complicadores, relativos à questão da saúde em geral dos mesmos, apesar de que propiciou a oportunidade da prática do judô exatamente com pessoas que além de ex-videntes, também já tinham a capacidade de raciocínio de adulto, ficando mais fácil a interpretação das mensagens relativas às tarefas a serem executadas. Criando uma base para desenvolver o mesmo trabalho junto à população com menos idade.

Durante todas as cerimônias de promoção de faixa, realizadas dentro do Projeto Bugre Lucena, tivemos a participação da turma, com a demonstração de técnicas, inclusive técnicas de ataque e defesa.

Outro grande evento foi à realização da competição da modalidade de judô durante os 4º Jogos Inclusivos, que até então não tinham contado com esta modalidade, o que só foi possível pela participação de 8 atletas que contávamos no momento dentro do projeto.

Também a participação em competições de nível nacional nos propiciou ter conhecimento da estrutura federada desta modalidade, além de acesso a detalhes como regras de arbitragem para a competição, que passaram a ser aplicadas parcialmente nas competições da própria Federação Gaúcha de Judô.

Especificamente para o caso do atleta que passou a participar de competições, o ensino teve que ter as suas adaptações, pois que mesmo às técnicas mais básicas podem ou mesmo devem ser adaptadas para cada indivíduo, o que foi realizado durante os treinamentos específicos do mesmo.

CONCLUSÕES

Quanto ao método de ensino proposto, a sua avaliação pode ser feita pelos resultados das competições de seu atleta mais destacado e também na evolução da turma como um todo. No judô a evolução é medida através de exames realizados, dentro da estrutura do Gokyo, sendo que para cada teste são exigidas novas técnicas. Todos os alunos foram submetidos a esta avaliação, nos mesmos períodos que qualquer aluno o seria, sendo que o desempenho sempre foi igual. No final do ano de 2006, aqueles atletas que tiveram participação efetiva sagraram-se faixas amarelas e o atleta Hélio, ao final do ano de 2008, alcançou a faixa verde, os demais neste período já estavam em uma intensidade de participação menor, não tendo realizado o exame respectivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. A. G. Informações básicas sobre deficiência visual. Publicado em 20/06/2004. www.sobrei.org.br/sobrei/mostraArtigo.asp?idArtigo=107, em 25/06/2005.

BARRAGRA, N. C. "Visual Handicaps and Learning: A Developmental Approach" Wordsworth, 1976.

- BROUSSE, M. & MATSUMOTO, D. "Judô - A Sport and a Way of Life". IJF, Seul. Korea, 1999.
- CARMELINO, V.S.; MATARUNA DOS SANTOS, L.J. & RUSSO JR, W. "A Influência da Prática do Judô no Comportamento Ansioso de Adolescentes Portadores de Deficiência Visual". Trabalho Apresentado do II Congresso Nacional de Judô. Campos de Jordão, 2000.
- CUTSFORTH, T. "O Cego na Escola e na Sociedade". Brasília: Campanha Nacional de Educação de Cegos, 1969.
- FAY, E. "Clinical Low-Vision". New York; Little Brown, 1970.
- FRAGA, A. B. & WACHS, F. (organizadores) Educação física e saúde coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção. 2ª edição. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007. 129p.
- GLEESON, R. G. "Judô - Tudo sobre o Judô ". Mira-Sintra; Publicações Europa e América Latina Ltda., 1975.
- KANO, J. The Contribution of Judô to Education. Palestra realizada em Agosto de 1932, na University of Southern California. Em <http://judoinfor.com/kano.htm>, em 25/06/2008.
- KASTRUP, V. A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. Psicologia e Sociedade, v.16, nº3, pg7-16. 2005.
- KIRK, S. "Educating Exceptional Children". 2ª ed. Houghton Hifflin Company Boston, USA, 1972.
- LOWENFELD, B. "Our Blind Children". Illinois; Charles Thomas Publishers, 1964.
- NAPPI, A. M. Judô - PRINCÍPIOS E METAS. Apostila da disciplina Judô Fundamentos. ESEF/UFRGS. 2004
- PITTA, I. & DANESI, M.A. Retratando a educação especial em Porto Alegre. Porto Alegre. EDIOUCRS, 2000. 180p.
- ROBERT. L. O JUDO. Editora Notícias, Portugal, 1968. 507 páginas.
- RUSSO Jr., W. & Maturana dos Santos, L. J. O Judô como atividade pedagógica desportiva complementar em um processo de orientação e mobilidade para portadores de deficiência visual. www.efdeportes.com/ . Revista Digital – Buenos Aires – ano 7 – nº. 35 – Abril de 2001.
- SAETA, B. O contexto social e a deficiência. Psicologia: Teoria e Prática. 1999,1(1), pg. 51-55.
- SEISENBACHER, P. & KERR, G. "Modern Judo - Techniques of East and West". Crowood Press. Inglaterra, 1997.
- WEINECK, J. "Manual de Treinamento Esportivo", ed. Manole, São Paulo, 1986.